
MATERNIDADE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

*Lorrany Rodrigues do Nascimento**, *Marlene Teixeira Rodrigues***

RESUMO

O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado, que objetivou analisar as iniciativas voltadas à proteção à maternidade e à infância institucionalizadas pela Universidade de Brasília (UnB). O arcabouço teórico-metodológico empregado se ancorou nas categorias analíticas trazidas pelo Materialismo Histórico-Dialético e pela Decolonialidade, sendo utilizados procedimentos metodológicos de natureza qualitativa. Foram analisados relatos de 8 estudantes que vivenciaram, de forma concomitante, a graduação e a maternidade. A partir da análise de conteúdo desses relatos, chegou-se à conclusão de que as iniciativas institucionalizadas têm alcance reduzido, sendo restritas a determinados cursos, e que as ações da Assistência Estudantil direcionadas à maternidade se restringem ao âmbito financeiro. Em meio à falta estrutural e institucional de provisão de serviços, uma estratégia utilizada para a coletivização do trabalho reprodutivo pelas graduandas que vivenciam a maternidade são as redes de apoio.

Palavras-chave: maternidade; trabalho reprodutivo; universidade.

* Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Técnica em Assistência Social na Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES-DF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5764-8401>. Correio eletrônico: lorranyrn@gmail.com.

** Pós-doutora em Sociologia pela Universidade Autônoma de Barcelona e em Democratização e Direitos Humanos pela Universidad de San Martin. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UnB. Coordenadora do Grupo de estudos e pesquisas sobre Gênero, Política Social e Serviços Sociais (GENPOSS), vinculado ao PPGPS e ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP-CNPq). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulheres (NEPeM) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9418-7192>. Correio eletrônico: marte@unb.br.

**MATERNITY AT UNIVERSITY OF BRASÍLIA (UnB) STUDENT ASSISTANCE
POLICY**

ABSTRACT

This paper presents the partial results of the doctoral research aimed analyzing the initiatives institutionalized by the University of Brasília (UnB) for the protection of motherhood and childhood. The theoretical-methodological frame work used was anchored in the analytical categories brought by Historical-Dialectical Materialism and Decoloniality, with the use of methodological procedures of a qualitative nature. We analyze the accounts of 8 students who had experienced graduation and mother hood at the same time. The content analysis of the accounts led to the conclusion that institutionalized initiatives are limited in scope and restricted to certain courses, and that the actions of Student Assistance aimed at maternity are restricted to the financial sphere. In the mids to the structural and institutional lack of service provision, the main strategy used to collectivize reproductive work by undergraduates experiencing mother hood is support networks.

2

Keywords: *maternity; reproductive work; university.*

**MATERNIDAD EN LAS POLÍTICAS DE AYUDA PARA ESTUDIANTES DE LA
UNIVERSIDAD DE BRASILIA (UnB)**

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados parciales de la investigación de doctorado que tuvo como objetivo analizar las iniciativas dirigidas a la protección de la maternidad y de la infancia institucionalizadas por la Universidad de Brasilia (UnB). El marco teórico-metodológico empleado se basó en las categorías analíticas aportadas por el materialismo histórico-dialéctico y por la decolonialidad, utilizando procedimientos metodológicos de naturaleza cualitativa. Se analizaron relatos de 8 estudiantes que experimentaron, al mismo tiempo, el pregrado y la maternidad. A partir del análisis del contenido de dichos relatos, se concluye que las iniciativas institucionalizadas tienen un alcance limitado, restringiéndose a determinados cursos; y que las acciones de Ayudas para Estudiantes dirigidas a la

maternidad están restringidas a un ámbito financiero. En un contexto de falta estructural e institucional de suministro de servicios, la principal estrategia utilizada para la colectivización del Trabajo reproductivo por parte de las alumnas de pregrado que experimentan la maternidad son las redes de apoyo.

Palabras clave: maternidad; trabajo reproductivo; universidad.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa realizada no doutorado, desenvolvida em um contexto de desinvestimento estatal no Ensino Superior Público e de oposição às políticas direcionadas aos direitos reprodutivos das mulheres. A proposta, ao conferir centralidade ao trabalho reprodutivo entre jovens mães graduandas da Universidade de Brasília (UnB), foi conjugar as duas questões. Nesse sentido, adotou-se como objetivo principal analisar as iniciativas institucionalizadas na referida Universidade voltadas à proteção à maternidade e à infância.

O contexto de destituição de direitos em que foi elaborado o projeto de pesquisa é discutido a partir de Lacerda (2018), Biroli, Machado e Vaggione (2020) e Mattos (2020). As duas primeiras bibliografias denominam o período em questão, vigente no Brasil após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, como Neoconservador. Já Marcelo Badaró Mattos (2020) o denomina Neofascista. O que há em comum entre as análises mencionadas é a caracterização do governo em questão como militarista, neoliberal¹ e anticomunista. Para a discussão a ser realizada neste artigo, o que vale destacar é sobretudo a centralidade dada ao familialismo, ou seja, à ideia de que o trabalho reprodutivo deve ser feito no âmbito privado das famílias – especialmente pelas mulheres –, em conformidade com o modelo de família nuclear patriarcal. Retórica que contribui na legitimação do desinvestimento estatal em políticas que têm como foco a coletivização.

¹ Segundo David Harvey (2008, p. 12): “o Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir os direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados”.

Aliado a essa questão, que remete às desigualdades de gênero construídas pelo sistema patriarcal-capitalista, o período também foi caracterizado pela deslegitimação do Ensino Superior Público. Bem como em relação a outros temas, o “pânico moral” foi intensamente utilizado em debates no campo da educação, na tentativa de associar as Universidades e o Ensino Públicos à desordem e fonte de gastos públicos excessivos. Intensificou-se o processo de desinvestimento iniciado no governo Temer, no qual foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) n.º 95, que instituiu o contingenciamento de gastos na educação por 20 anos. Dados do Observatório do Conhecimento indicam que, de 2015 a 2021, as despesas discricionárias do governo com o Ensino Superior diminuíram cerca de 50% (Mattos, 2020; Observatório [...], 2024; Silva; Zelesco, 2023; Souza; Leão; Freitas, 2023).

Além das autoras que debatem o Neoconservadorismo, a discussão teve como fundamentação, para a análise do conceito de trabalho reprodutivo e de sua coletivização, o Feminismo embasado no Materialismo Histórico-Dialético (como o Feminismo Autonomista Italiano e o Feminismo Materialista Francófono) e o Feminismo Matricêntrico. No âmbito teórico, entretanto, a discussão se pautou nas normativas e nos documentos que regulamentam o funcionamento da UnB e da Assistência Estudantil dentro dessa instituição.

4

A análise aqui empreendida também se fundamentou em uma pesquisa de campo realizada em 2023², na qual foram entrevistadas 8 estudantes que vivenciaram, na juventude, a maternidade em concomitância à graduação. A metodologia adotada foi, assim, qualitativa e as entrevistas foram do tipo não estruturadas guiadas. O método, por sua vez, consistiu numa combinação entre o Materialismo-Histórico Dialético e a Decolonialidade.

As questões referentes ao método, à metodologia e às técnicas de pesquisa são detalhadas na primeira seção do artigo. Em seguida são discutidos os conceitos de patriarcado e de trabalho reprodutivo, o contexto de surgimento da família nuclear e como a tendência à particularização do cuidado e sua intensificação em um contexto neoconservador se refletem no desinvestimento estatal em políticas voltadas à coletivização do trabalho reprodutivo. Por fim, na última seção do desenvolvimento, é analisado como a particularização do cuidado no âmbito estrutural se reflete na parca institucionalização de políticas direcionadas à maternidade e à infância na UnB.

² A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) em conformidade com as orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

2 MÉTODO E METODOLOGIA

Tendo em vista que o objeto de estudo foi a experiência de vida das estudantes entrevistadas e as representações destas acerca da maternidade, adota-se uma metodologia qualitativa. Entende-se que a metodologia qualitativa se mostra adequada ao objeto de estudo, já que “[...] tende a romper a ideologia modelar de outras vidas para trabalhar os trajetos pessoais no contexto das relações pessoais e definir-se como relatos práticos das relações sociais” (Chizotti, 1991, p. 96). O foco está, assim, no significado conferido às relações sociais e não na operacionalização dos fenômenos em variáveis (Minayo, 2002).

A abordagem de pesquisa adotada foi a história oral, entendida como apropriada por viabilizar que se coloque no centro da análise o cotidiano. A análise deste, por sua vez, evidencia os costumes e o trabalho reprodutivo (Louro, 1990). No âmbito dessa abordagem, a técnica de pesquisa adotada foi a entrevista não estruturada guiada, que não se ampara em perguntas fechadas, mas em uma guia com os temas a serem tratados ao longo da interação entre a pesquisadora e as pessoas entrevistadas. A utilização dessa técnica de pesquisa objetivou conferir maior autonomia às estudantes, para que abordassem temas com os quais se sentissem mais à vontade (Richardson, 2012).

Ao todo, foram entrevistadas 8 estudantes de graduação dos quatro *campi* da UnB: 4 (quatro) do *campus* Darcy Ribeiro, 2 (duas) da Faculdade de Planaltina (FUP), 1 (uma) da Faculdade de Ceilândia (FCE) e 1 (uma) da Faculdade do Gama (FGA). Foram selecionadas estudantes que foram mães dos 18 aos 30 anos e enquanto cursavam a graduação. As entrevistadas não foram identificadas pelos nomes, mas por nomes de planetas e outros astros, os quais foram escolhidos pelas próprias mulheres.

Entende-se que a escolha do Materialismo Histórico-Dialético se mostrou adequada devido ao fato de a categoria trabalho ser o centro da análise. O foco nessa categoria na referida perspectiva se deve ao entendimento de que é o trabalho que viabiliza que o real seja visto como totalidade e, a partir de uma finalidade prévia, seja passível de modificação, transformação (Duayer; Escurra; Siqueira, 2013; Tonet, 2006). Assim, partir do Materialismo Histórico-Dialético nos estudos relativos ao gênero viabiliza que a exploração seja vista como resultado das relações sociais de trabalho, não como algo inato, biológico.

Contudo, esse método possui limitações relacionadas ao não reconhecimento do trabalho não remunerado, no qual está incluso o trabalho reprodutivo exercido no contexto doméstico, e ao Eurocentrismo. Este, por sua vez, é entendido como o modo como a

colonialidade/o colonialismo, padrão de poder que promove a hierarquização por meio da ideia de raça, se reflete na subjetividade. O que a Decolonialidade se propõe a fazer é desconstruir essa hierarquia na qual o único conhecimento visto como válido é aquele associado à racionalidade e à escrita (Aguiar, 2018; Dussel, 1998; Quijano, 2005; Ramos, 2019).

Em resumo, o Materialismo Histórico-Dialético viabiliza que se coloque em primeiro plano a categoria trabalho. E a Decolonialidade mostra-se condizente com o objeto de estudo, a experiência de vida das estudantes, na medida em que suscita o questionamento do conhecimento escrito como o único tipo de conhecimento válido. Quanto ao uso da entrevista não estruturada guiada, esta possibilitou que as estudantes narrassem suas experiências com autonomia.

3 PATRIARCADO, FAMÍLIA NUCLEAR E NEOCONSERVADORISMO

A base do pensamento marxista está na divisão social do trabalho, sendo a sociedade pensada a partir da divisão entre detentores dos meios de produção³ e aqueles que sobrevivem a partir do próprio trabalho. Por meio dessa divisão é que foram criadas as divisões de classe, os conflitos e, a partir deles, as transformações sociais (Marx, 2013). No âmbito do Feminismo de embasamento marxista, não só essa divisão é considerada, mas também a divisão entre o trabalho remunerado e não remunerado.

Os conceitos de modo de produção doméstico e de Patriarcado buscam problematizar a exploração de um tipo de trabalho não remunerado: o trabalho reprodutivo. Exercido majoritariamente por mulheres e no contexto doméstico, tal trabalho refere-se ao “[...] complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstruídos diariamente” (Federici, 2019, p. 20). O trabalho reprodutivo engloba o trabalho de cuidado, de limpeza, de preparo dos alimentos, de organização da rotina e o trabalho sexual.

O modo de produção doméstico é o modo de produção que se estrutura no Patriarcado, que é definido da seguinte forma:

³ Os meios de produção são constituídos pelas matérias-primas, os meios de trabalho e as matérias auxiliares (Marx, 2013).

o Patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina” (Delphy, 2009, p. 173).

Para as Feministas que se embasam no Materialismo Histórico-Dialético, a hierarquização entre homens e mulheres não se fundamenta em diferenças biológicas, mas no fato de que, através do Patriarcado, as mulheres são destituídas de remuneração no contexto doméstico. Por meio dessa ausência de remuneração é criada uma hierarquia no núcleo familiar, sendo o homem, remunerado fora do contexto doméstico, reconhecido como autoridade e uma espécie de supervisor do trabalho da mulher nesse contexto (Federici, 2019).

O Patriarcado está diretamente associado à necessidade de um trabalhador, pela grande indústria do Século XIX, que tivesse sua exploração fundamentada mais na extração de mais-valia⁴ relativa (fundamentada no avanço tecnológico) do que absoluta (aumento da jornada e da intensidade do trabalho). Exigia-se uma mão de obra apta a operar máquinas de maior complexidade, mais qualificada e descansada. Essa exigência por uma melhor manutenção dos trabalhadores, por sua vez, levou à disseminação da família de modelo nuclear, possibilitando que as atividades necessárias a essa manutenção não fossem remuneradas, eximindo, assim, os empregadores e o Estado dos custos referentes à coletivização desse tipo de trabalho (Álvaro, 2013; Federici, 2019; Marx, 2013).

Sob o Patriarcado, ao ser associada ao trabalho reprodutivo exercido de maneira individualizada no âmbito da família nuclear, a maternidade assume uma configuração que destitui as mulheres de sua autonomia. O *motherwork* (trabalho materno, em tradução livre), atividade prática e intelectual ligada ao cuidado da prole – que envolve, dentre outros aspectos, a defesa, a nutrição e a educação –, tem o reconhecimento social tolhido. No Patriarcado, à medida que se torna cada vez mais particularizado, o *motherwork* deixa de ser associado a posições de poder (Hill-Collins, 1994; O'Reilly, 2016).

Essa tendência à particularização do cuidado materno se torna mais intensa em um contexto Neoconservador, manifesto no “*New momism*”. Contudo, antes de abordar esse conceito, convém explicitar em que consiste o Neoconservadorismo. O Neoconservadorismo foi um termo originalmente elaborado para se referir à reação de setores conservadores, nos anos de 1970, aos movimentos de contracultura, bem como às crises econômicas do período.

⁴ A mais-valia se refere à parte da jornada do trabalhador que não se converte em salário, sendo os ganhos dela advindos apropriados pelo empregador.

Consiste num “modelo de governança e cidadania” que agrega pautas conservadoras e neoliberais por meio da defesa da ordem patriarcal. De forma mais pormenorizada, pode-se dizer que, dentre outros aspectos, as pautas convergem por meio da oposição às políticas afirmativas⁵ direcionadas às mulheres e ao reforço do familismo (Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Harvey, 2008).

A ascensão do Neoconservadorismo no Brasil se deu em meio à insatisfação da população com o contexto econômico de crise e com as limitações da democracia representativa. Contexto no qual também cresceu o descontentamento de setores conservadores que se viam ameaçados por políticas afirmativas e pelo reconhecimento de direitos sociais, que subvertiam a hierarquia entre homens e mulheres. Uma vez no poder, o que se observou foi a mobilização desses setores pela aprovação de projetos de lei que reforçavam o ideal heteronormativo de família e de complementaridade entre homens e mulheres, o que, por sua vez, legitimava a exploração do trabalho não remunerado no contexto doméstico e, assim, a desresponsabilização do Estado pela coletivização do trabalho reprodutivo (Biroli, Machado, Vaggione, 2020; Lacerda, 2019).

O “*New momism*” é uma expressão dessa tendência à particularização do cuidado. Se fundamenta na ideia de que a mãe deve ser responsabilizada não só pela segurança e educação dos filhos, mas pelo seu sucesso ou fracasso. A realização das mulheres é vista em direta associação ao exercício da maternidade, que deve ser priorizada, sendo a assunção de outras responsabilidades (trabalho remunerado, estudo) condicionada a esta. O “*New momism*” exige mulheres dispostas à dedicação integral à maternidade; que adaptem suas rotinas às rotinas das crianças, as quais se tornam cada vez mais preenchidas por atividades extracurriculares; e que estejam dispostas a recorrer a especialistas capazes de lidar com as necessidades de suas(seus) filhas(os) – como terapeutas e fonoaudiólogas (os), por exemplo (O'Reilly, 2016).

Já no âmbito estrutural, essa propensão à concentração do trabalho reprodutivo no núcleo familiar se reflete, dentre outros aspectos, no investimento insuficiente do Estado em Políticas Sociais voltadas para a primeira infância. No contexto distrital, isso se torna evidente na oferta de poucas vagas em creches públicas: em uma Unidade Federativa (UF) em que o número de crianças com menos de 4 anos é de 200.826, são ofertadas 306 vagas. A provisão insuficiente apareceu nos relatos das entrevistadas, as quais expuseram a demora para serem

⁵ As políticas afirmativas são políticas direcionadas ao reconhecimento de direitos individuais de grupos historicamente estigmatizados, como as mulheres. Scott (2005) acentua o caráter paradoxal de tais políticas, tendo em vista que, para o reconhecimento dos direitos individuais, é reafirmado o pertencimento a uma identidade grupal socialmente desvalorizada.

contempladas, as dificuldades relacionadas à incompatibilidade entre os horários das instituições e os das aulas e demais atividades acadêmicas, bem como entre as rotas e horários do transporte público utilizado para levar as(os) filhas(os) para as creches e aquelas do transporte utilizado para chegar à UnB (Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2022; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022). Além da provisão insuficiente, uma das estudantes relatou que precisou arcar com os custos de uma instituição particular, tendo em vista que, na creche pública em que conseguiu vaga, não lhe foi concedido o direito a conhecer a infraestrutura do local antes da matrícula, o turno não era adequado às suas necessidades e às da criança e havia dificuldades de comunicação com as(os) educadoras(es).

Saturno: Assim que ela nasceu, eu inscrevi, também, nas vagas, mas demora muito, muito, muito. Mesmo conseguindo pontuação, indo atrás da pontuação necessária, é muito demorado. Então, a gente vai dando nosso jeito mesmo, na medida do possível [...]. E, realmente, o transporte público é uma coisa que demora muito e tal. E eu ainda desço no Eixo para não ter que ir para a Rodoviária e ter que pegar outro ônibus para a UnB, porque tem fila muito grande, né. Agora tá melhorando, né, essa parte das filas, mas eu desço e vou caminhando [...]. Mas... mas era um rolê quando eu ia presencial, porque a creche começa 7 horas. Antes de 7 não pode deixar as crianças e, aí, tem que esperar ônibus. Chegava aqui super atrasada. A aula, aqui, de 8 horas, eu acabava chegando umas 8 e meia, 8 e 40, às vezes, porque eu tinha que deixar meus filhos. Não tinha quem deixasse.

Júpiter: Eu entendo a necessidade do...do período integral, total, não tô questionando isso, mas eu entendo que nem toda mãe fica em paz e nem todo pai deixando o filho o dia todo longe. Sem saber como é que tá sendo, porque eu não entrei, não me deixaram entrar na creche pra saber a estrutura, pra saber como é que era; eu mandava recado na agenda, não respondiam; eu tentava falar com as professoras na portaria, elas eram o mais breve possível [...]. Eu mandava na agenda [...]. Véi, eu mandei no WhatsApp da Professora e ela não me respondeu.

A desresponsabilização estatal pelo cuidado apareceu nos relatos das entrevistadas, tal qual pôde ser visto acima, por meio da temática das creches. A luta por essas instituições agrega diferentes vertentes do Feminismo no Brasil desde a década de 1940, constituindo uma das principais demandas das mulheres que exerciam trabalho remunerado fora dos lares. Ademais, por viabilizarem a coletivização do trabalho de cuidado com crianças, tais instituições representam uma subversão do papel das mulheres como cuidadoras naturais (Silva, 2015; Teles, 2015). No tópico que se segue, no qual é abordada a desresponsabilização pelo trabalho reprodutivo no contexto institucional, a temática das creches continua detendo centralidade nos relatos das estudantes.

4 A UnB E A DESRESPONSABILIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CUIDADO

Antes de abordar como a desresponsabilização estatal pelo cuidado se manifesta no contexto institucional, convém contextualizar o funcionamento da UnB e como se organiza a Assistência Estudantil. A UnB foi criada em 1962, um ano após a inauguração de Brasília, a partir do modelo de Universidade autônoma e democrática de Darcy Ribeiro. A ideia era romper com o modelo elitista até então vigente, o que se evidencia, dentre outros aspectos, na organização em departamentos que descontinua o regime de cátedras, a partir do ingresso pelo vestibular e com a instituição de uma Fundação com patrimônio próprio (Alencar, 1975; Universidade [...], 2023c).

Hoje a UnB é formada por quatro *campi*: o Darcy Ribeiro, a FUP, a FGA e a FCE. A ampliação da estrutura se deu nos governos petistas, na década de 2000, após a aprovação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Além desse programa, as condições de acesso e permanência também foram desenvolvidas por meio da instituição das cotas raciais (2004) e da regulamentação da assistência estudantil (2010) (Brasil, 2007, 2010, 2013).

A Assistência Estudantil é voltada, prioritariamente, a estudantes advindos da rede pública ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio (Brasil, 2010). A Assistência Estudantil na UnB é organizada pela Diretoria de Desenvolvimento Social e abrange as seguintes ações/benefícios:

- I. Ações Afirmativas;
- II. Auxílio Socioeconômico;
- III. Alimentação Graduação e Pós-Graduação (Refeições no RU);
- IV. Moradia Estudantil Graduação (pecúnia ou vaga);
- V. Moradia Estudantil Pós-Graduação;
- VI. Transporte;
- VII. Auxílio Creche;
- VIII. Auxílio Emergencial;
- IX. Programa Bolsa Permanência do MEC;
- X. Esporte e Lazer;
- XI. Cultura e Arte;
- XII. Atenção e promoção à saúde;
- XIII. Acessibilidade;
- XIV. Inclusão digital;
- XV. Aquisição de materiais didáticos;
- XVI. Apoio pedagógico;
- XVII. Línguas estrangeiras;
- XVIII. Publicações da Editora UnB. (Universidade [...], 2023e).

Observa-se que a única ação especificamente voltada à questão da maternidade e da primeira infância é o Programa Auxílio Creche (PACreche). O auxílio em questão consiste num benefício de R\$ 485 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) mensais, pagos a estudantes de cursos presenciais de graduação responsáveis por crianças com até 5 anos incompletos. Vale dizer que, caso a estudante tenha mais de um filho, o benefício só pode ser concedido a um deles. No último semestre de 2023, 21 pessoas foram beneficiadas. Além dele, no mesmo semestre, 85 estudantes receberam o Auxílio Creche Temporário – Graduação (T-CRECHE), que consiste em uma parcela de R\$ 2.425 (dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais). Nas datas das entrevistas, nenhuma das participantes da pesquisa era contemplada com os benefícios em questão (Universidade [...], 2023a, 2023b, 2023c.).

O PACreche e o Auxílio Creche Temporário – Graduação (T-CRECHE) são as únicas iniciativas voltadas à primeira infância que contemplam as(os) estudantes de todos os *campi* da UnB, as outras iniciativas já institucionalizadas restringem-se a determinados cursos. No Darcy Ribeiro, o único projeto institucionalizado é o Espaço de Acolhimento/Fraldário da Faculdade de Educação. O espaço se destina a servidoras(es), docentes e estudantes vinculadas(os) à Faculdade em questão e conta com micro-ondas, brinquedos, fraldário e banheiro adaptado. O funcionamento é das 7 horas e 30 minutos às 22 horas e 40 minutos. O uso requer cadastro na Assessoria Pedagógica da FE (Silva, Guedes, 2020; Universidade [...], 2018).

Duas das entrevistadas, que foram estudantes de Pedagogia, se utilizaram do espaço em questão ao longo da graduação. Ele foi descrito como um local com infraestrutura adequada para as crianças, mas que não seria tão funcional devido ao fato de não haver uma pessoa responsável pelo cuidado. Assim, ou a mãe da criança permanece no espaço ou as mães fazem uma espécie de revezamento para que possam participar das atividades acadêmicas.

Netuno: Depois que abriu a sala da FE, que abriu só no meu último ano de graduação, eu tentava levar o [nome da criança] pra lá, só que era muito difícil, porque as mães tinham que se revezar. [...] E, aí, dificilmente alguém ia ficar lá, falar “Ah, eu vou ficar aqui com o filho de todo mundo. Pode ir lá, galera, pra sua graduação. Boa sorte”. Então, era muito difícil, mesmo, entendeu? Apesar de tudo, o espaço foi muito bom, porque, por exemplo, o banheiro da FE é nojento, é imundo e lá tinha um fraldário, com banheiro infantil e tal. E ele era um lugar limpo pra eu levar o meu filho pra ele tá. Às vezes, quando ele ficava muito irritado, né, porque acontece.

Júpiter: Porque, nessa sala da FE, a gente tinha um rodízio no grupo de mães. Tipo assim: “Ó, tal dia e tal hora vou tá livre. Quem quiser deixar as cria comigo, posso ficar lá com a minha cria. “Sacou? Só que isso não é legal também não, vê. Porque, poxa, se já fizeram um espaço, primeiro, podia ter uma estrutura melhor e, segundo, podiam contratar alguém, pô. [...] Um estágio aqui, vê, vamos propor alguma ocupação para essas crianças. Tipo assim, de pessoas, graduandos, né, em final de curso, pudessem tá ali, pra pelo menos uma mãe não ficar sozinha com seis crianças.

Não há, no Darcy Ribeiro, nenhuma outra iniciativa institucionalizada gratuita direcionada à maternidade. Há, contudo, uma instituição paga direcionada ao cuidado da primeira infância: o Programa Infanto-Juvenil (PIJ), criado em 1983. A instituição pode ser acessada pela comunidade acadêmica em geral, mas associados da Associação dos Servidores da Fundação Universidade de Brasília (ASFUB), da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB) e do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB) têm desconto nas mensalidades. O PIJ não é uma escola infantil propriamente dita, mas oferta atividades lúdicas e apoio pedagógico a crianças de 1 ano e meio a 7 anos em meio período e em turno integral. A(o) responsável pela criança pode optar pelo pagamento de diárias ou pelo pagamento mensal (Associação [...], 2020; Silva; Guedes, 2020).

Além dessas iniciativas, estudantes de graduação em Psicologia criaram, no ano de 2019, a Rede Voluntária de Apoio Infantil para Permanência Universitária (Rede Voa). O projeto é formado por estudantes voluntárias(os), as(os) quais devem destinar pelo menos duas horas semanais para o cuidado de crianças filhas de colegas, enquanto estas(estes) participam de atividades acadêmicas. Apesar de terem sido realizadas reuniões com a reitoria no intuito de formalizar a rede como um Projeto de Extensão, a institucionalização ainda não foi alcançada (Silva; Guedes, 2020; Universidade [...], 2019; Vítor, 2019).

Ainda no que diz respeito ao *campus* Darcy Ribeiro, as obras da creche e do Centro de Pesquisa em Primeira Infância, iniciadas em 2021 e com previsão de entrega para o final de 2022, ainda não foram concluídas. A creche atenderá a população do DF em geral, não sendo concedida prioridade à comunidade acadêmica. A estrutura física será formada por salas de aula, refeitório, parque, salas de amamentação e fraldários. A capacidade de atendimento será de 94 (noventa e quatro) crianças em turno integral ou de 188 (cento e oitenta e oito) em meio período (Universidade [...], 2021, 2022; UnB [...], 2021).

Com relação aos outros *campi*, só a FUP possui um projeto voltado para a primeira infância. A iniciativa é a Ciranda Infantil, vinculada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdC). O curso em questão é voltado para estudantes que queiram atuar como docentes ou gestores de escolas localizadas na Zona Rural. Dentre suas especificidades, pode-

se citar o fato de ser dividido em Tempo Comunidade (TC), que é o período ao longo do semestre em que as(os) discentes se inserem em atividades nas escolas do campo, tendo em vista a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Tempo Universidade (TU), no qual se inserem em atividades acadêmicas no *campus* da FUP (Oliveira, 2019; Universidade [...], 2016; Wolff, 2023).

Devido ao fato de o curso ser, em grande parte, formado por estudantes que residem no campo, havendo porcentagem significativa de estudantes quilombolas, há, na FUP, um alojamento em que as(os) discentes podem residir enquanto estão no TU. Diferentemente da Moradia Estudantil do Darcy Ribeiro, onde não são permitidas crianças, no alojamento da FUP esse acesso é permitido, estando a sala do projeto da Ciranda Infantil localizada no mesmo prédio (Universidade [...], 2016). Acerca do tema em questão, uma estudante do Darcy Ribeiro mencionou, ao longo da entrevista, ter sido convidada a se retirar da Casa do Estudante (CEU) devido ao fato de ter engravidado. Já uma estudante da FUP descreveu o espaço em que fica instalada com o filho no TU como adequado, mas demonstrou preocupação por conta dos animais peçonhentos próximos ao local.

13

Saturno: Eu já morei na CEU por pouco tempo. Por algum tempo, né. Em média, um ano. Mas quando eu engravidrei, eu fui convidada a me retirar da CEU, né. Da casa do estudante.

Lua: Assim, pra mim, aqui tá bom, tirando os medos que a gente tem dos bichos que vem do mato, que é muito perigoso, como por exemplo, escorpião. É... Aranha. Só isso mesmo que a gente fica mais preocupado com a criança.

Ainda acerca da Ciranda Infantil, ela existe desde 2008 e foi institucionalizada em 2011. O propósito é oferecer, além do cuidado propriamente dito, atividades educativas fundamentadas na educação popular e que considerem as culturas das regiões e comunidades de origem das crianças que frequentam o espaço – a Ciranda é destinada a crianças de 8 meses a 5 anos incompletos. Desde sua institucionalização, as atividades psicopedagógicas ficavam a cargo das Cirandeiras, que eram estudantes estagiárias e/ou extensionistas (Oliveira, 2019; Universidade [...], 2016; Wolff, 2023). Contudo, no momento das entrevistas, não havia nenhuma Cirandeira vinculada ao projeto, e as mães estavam se revezando para dar andamento às atividades.

Terra: Eu fui, realmente, bem, bastante acolhida. Do início até agora né. Hoje, né, que eu não tô mais levando meu filho, mas, ainda assim, eu continuo participando do projeto das Ciranda como voluntária. A gente faz as escadas pra ficar na Ciranda pra acolher as mães no período que a gente também tá na Universidade. E quando a gente... Quando tá em período de aulas, alguns alunos que tiverem disponibilidade, né, ficam lá um tempinho. Um dia ou dois. Meio período. [...] Porque a gente não tem cirandeira, né. Não tem Ciranda. Tem a Ciranda, mas não tem Cirandeira. Então, quem faz a Ciranda são os alunos. É a gente, né, que vai e faz umas escadas voluntárias pra ficar lá, pras crianças enquanto as mães estudam.

Em resumo, a UnB tem apenas quatro iniciativas institucionalizadas voltadas à primeira infância: o PACreche, o T-CRECHE, o Espaço de Acolhimento/Fraldário da Faculdade de Educação e a Ciranda Infantil vinculada à LEdoC. Com relação aos benefícios vinculados à assistência, observa-se que o número de auxílios ofertados 21 (vinte e um) no caso do PACreche e 85 (oitenta e cinco) no do T-CRECHE mostra-se incompatível com uma comunidade acadêmica constituída por 21.311 (vinte e um mil trezentos e onze) estudantes de graduação (Universidade [...], 2023a). Já no que diz respeito aos outros dois projetos, observa-se que são direcionados a estudantes de cursos específicos, não havendo capacidade de abranger a comunidade acadêmica como um todo. Além disso, apesar de as estruturas físicas serem descritas pelas entrevistadas como condizentes com um espaço a ser frequentado por crianças, falta investimento em profissionais que se encarreguem do cuidado enquanto as discentes participam das atividades acadêmicas.

14

5 CONCLUSÃO

Não há, em nenhum dos *campi* da UnB, políticas voltadas à proteção da maternidade e da infância capazes de lidar com as demandas das estudantes que são mães. As iniciativas vigentes, quando passíveis de serem acessadas pelas docentes dos quatro *campi*, têm número de vagas reduzido. Já os projetos direcionados às estudantes de determinados cursos, apesar de bem avaliados pelas entrevistadas, têm alcance restrito. Além disso, em meio à ausência de professores e educadores responsáveis pelas atividades com as crianças nesses espaços, a responsabilidade pelo cuidado continua a ser das mães, as quais se revezam para cuidar das(os) filhas(os) umas das outras. Esse revezamento, no qual também se baseia o funcionamento do projeto Rede VOA, é aqui entendido como uma espécie de rede de apoio que as estudantes desenvolvem em meio às omissões do Estado, tanto em nível institucional quanto em nível estrutural, em relação às políticas de cuidado.

Pode-se relacionar tais omissões, por sua vez, ao reforço do modelo de família nuclear e da particularização do trabalho reprodutivo no contexto Neoconservador em que a pesquisa se desenvolveu. A realização pessoal das mulheres passa a ser vista como condicionada à maternidade, sendo reforçada a ideia de que esta deve ser vista como uma prioridade em relação ao trabalho remunerado ou ao estudo. Além disso, há o desinvestimento do Estado em políticas direcionadas à coletivização do trabalho de cuidado, como as creches e as escolas infantis em período integral.

Conclui-se, desse modo, que o investimento insuficiente do Estado na coletivização do trabalho reprodutivo se constitui em um obstáculo à participação das estudantes que são mães nas atividades acadêmicas. As dificuldades a elas interpostas para a formação universitária e, assim, para a inserção qualificada no mercado de trabalho, podem ser relacionadas à condição de subalternidade a que as mulheres são reduzidas sob o Patriarcado. Entende-se, assim, que, além do investimento em políticas sociais e institucionais direcionadas à maternidade e à primeira infância, a superação dessa condição de subalternidade demanda o reconhecimento do trabalho reprodutivo, efetivamente, como um trabalho, o que, por seu turno, tal como abordado pelas Feministas, com embasamento no Materialismo Histórico-Dialético, requer, além da coletivização, o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários.

15

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jórissa Danilla N. Por um marxismo decolonial: contribuição para a reflexão sociológica contemporânea. **Observatorio Latino americano y Caribeño (OLAC)**, n. 2, 2018, p. 59-78.

ALENCAR, Heron. A Universidade de Brasília: projeto nacional da intelectualidade brasileira. In: RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 213-238.

ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Programa Infanto Juvenil (PIJ)**. Brasília, DF: ASFUB, 2020. Disponível em: <https://asfib.com/PIJ>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7416, de 30 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021.** Brasília, DF: Secretaria de Economia, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/pdad-2021-3/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena; FRANÇOISE, Laborie; DOARÉ, Hélènele; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico-feminista.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 173-179.

DUAYER, Mario; ESCURRA, María Escurra; SIQUEIRA, Andreia Vieira. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jan./jun. 2013.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la liberación:** en la edad de la globalización y da la exclusión. Madrid: [S. n.], 1998.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução.** São Paulo: Elefante, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HILL-COLLINS, Patricia. Shifting the center: race, class and feminist theorizing about motherhood. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie. **Mothering: Ideology, experience, and agency.** New York, London: Routledge, 1994. p. 45-67.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021.** Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 12 fev. 2024.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. A história (oral) da educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 9, n. 47, p. 21-28, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Teoria, Método e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

OBSERVATÓRIO do conhecimento. **Linha do tempo**. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 5 mar. 2024.

OLIVEIRA, Thiago Moraes. **Vivências coletivas que conduzem o trabalho da ciranda infantil do curso de licenciatura em educação do campo - UnB/Planaltina**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Faculdade de Planaltina (FUP), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2019.

O'REILLY, Andrea. **Matricentric feminism**: theory, activism, and practice. Canadá: Demeter Press, 2016.

17

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

RAMOS, Débora Oliveira. **Estado brasileiro, dispositivo de colonialidade e segurança social**: entre fazer e deixar morrer a população negra. 2019. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SILVA, Adriana Alves da Silva. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIA, A. L. G (org.). **Creche e feminismo**: desafios para uma educação descolonizadora. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

SILVA, Julia Bustamante; ZELESCO, Gabriel. **Observatório do conhecimento**: relatório LOA 2023. Rio de Janeiro: Observatório do Conhecimento, 2023. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/balanco-do-orcamento-do-conhecimento-loa-2023/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SILVA, Maria Clara Ramos; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Katálysis**, v. 23, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p470>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SOUZA, Allan Solano; LEÃO, Bruno Layson Ferreira; FREITAS, Thays e Mychelle de Aquino. As configurações da agenda privado-mercantil na expansão da educação superior. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 27, n. 55, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4382>. Acesso em: 5 mar. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIA, A. L. G (org.). **Creche e feminismo: desafios para uma educação descolonizadora**. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

TONET, Ivo. **Modernidade, pós-modernidade e razão**. [S. l: s. n.], 2006. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/MODERNIDADE_POSMODERNIDADE_E_RAZAO.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI). **Anuário estatístico UnB 2022**: ano-base 2021. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: https://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=872. Acesso em: 6 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Assuntos Comunitários. **Edital DAC nº 040/2023**. Institui o Auxílio Creche Temporário. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <https://dds.dac.unb.br/documentos/editais-2023/2023-2>. Acesso em: 26 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Secretaria de Administração Acadêmica. **Enem**. Disponível em: <https://estudenaunb.unb.br/acesso-enem-unb>. Acesso em: 22 mar. 2024.

18

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **História**. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 19 nov. 2023c.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Planaltina. **Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: https://fup.unb.br/wp-content/uploads/2022/03/PPPC__LEDOC_VERSAO_FINAL42_CEG.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Assuntos Comunitários. **Resolução do (a) Decanato de Assuntos Comunitários nº 6/2023**. Regulamenta os Programas: Alimentação, Moradia Estudantil, Auxílio Creche e Auxílio Socioeconômico, vinculados à Política de Assistência Estudantil, executados pela Diretoria de Desenvolvimento Social do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília aos estudantes da graduação e pós-graduação stricto sensu. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2023d. Disponível em: https://dds.dac.unb.br/images/Legislacao/SEI_10363651_Resolucao_DAC_006.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Resolução do Conselho de Administração nº 0025/2023**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2023e. Disponível em: <https://dds.dac.unb.br/legis#:~:text=24%20Da%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Do%20Conselho,Bras%C3%ADlia%20E%20D%C3%A1%20Outras%20Provid%C3%A1ncias>. Acesso em: 25 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho da Faculdade de Educação. **Resolução do Conselho da Faculdade de Educação nº 01/2018**. Regulamenta o uso do Espaço de Acolhimento/Fraldário da Faculdade de Educação. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.fe.unb.br/index.php/180-institucional/39-resolucoes-do-conselho-da-fe>. Acesso em: 27 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM). Rede de apoio a estudantes com filhos vai virar programa de extensão. **UnB Notícias**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/2887-rede-de-apoio-a-estudantes-com-filhos-vai-virar-programa-de-extensao>. Acesso em: 24 nov. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM). UnB assina contratos para construções de creche e centro de pesquisa em primeira infância. **UnB Notícias**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/5442-unb-assina-contratos-para-construcoes-de-creche-e-centro-de-pesquisa-em-primeira-infancia>. Acesso em: 25 nov. 2023.

UNB apresenta projeto à secretaria de Educação para creche no *campus*. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 2 fev. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/02/4906284-unb-apresenta-projeto-a-secretaria-de-educacao-para-creche-no-campus.html>. Acesso em: 24 nov. 2023.

VÍTOR, Dayana. Rede voa: alunas da UnB desenvolvem projeto de apoio a mães universitárias. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/fr/node/1375084>. Acesso em: 9 mar. 2024.

WOLFF, Eliete Ávila. **Ação de extensão Projeto Educação Infantil Ciranda**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2023. Disponível em: <https://sigaa.unb.br/sigaa/extensao/Atividade/lista.jsf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Recebido em: 6 maio 2025.
Aceito em: 8 ago. 2025.